



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM

Município: ITAOBIM/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	4
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	23
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	23
VIII - CONCLUSÃO	24
IX - FOLHA DE ASSINATURA	25





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada Municípios Plenos
Entidade Responsável: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM
CPF/CNPJ: 12.440.839/0001-20
Município/UF: ITAOBIM-MG
Unidade Visitada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM
CPF/CNPJ: 12.440.839/0001-20
Município/UF: ITAOBIM/MG
Demandante: Componente Estadual do SNA
Forma: Direta
Objeto: Gestão
Abrangência: Setembro/2019 a março/2022
Gestão do Prestador: Plena
Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	14/02/2022	16/03/2022
Execução - In loco	21/03/2022	25/03/2022
Relatório	28/03/2022	18/04/2022

Tarefa Nº: 137740
Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

Fator Desencadeante:

Despacho nº 261/2021/SES/AUDSUS que trata da ação de Auditoria Programada em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2022 que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento aos critérios estabelecidos no ANEXO I da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.

A abrangência da parte assistencial é o ano de 2021 (janeiro a dezembro) e da parte financeira, de setembro de 2019 a março de 2022.

Objetivo e escopo da auditoria:

Realizar auditoria programada na Secretaria Municipal de Saúde a fim de avaliar se o Componente Municipal de Auditoria, o Serviço municipal de Controle, Avaliação e Regulação, e o Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Itaubim estão adequadamente organizados para atender as atribuições relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação,



auditoria e pagamento dos prestadores.

Características do Objeto da Auditoria:

Itaobim é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, região sudeste do país. Localizado na Mesorregião Vale do Jequitinhonha e sua população conforme o último censo do IBGE é de 21.096 habitantes. De acordo com a Deliberação CIB-SUS Nº 2946 de 18 de junho de 2019, com efeitos financeiros a partir de setembro de 2019, o município de Itaobim assumiu a Gestão de seus prestadores. Conforme PDR, pertence à Macro Região Nordeste, e Microrregião de Itaobim, à qual pertencem os municípios: Itaobim, Comercinho, Itinga, Medina, Monte Formoso, Ponto dos Volantes.

A SMS de Itaobim possui em sua rede de atenção à saúde os seguintes serviços:

Um (1) Hospital Geral, Vale do Jequitinhonha, Fundação Privada, de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, contratado pelo município, CNES nº 2139073, com atendimento Particular e SUS e 70 leitos destinados ao SUS sendo - 13 Cirurgia Geral, 22 Clínica Geral, 3 Saúde Mental, 2 Unidade de Isolamento, 10 UTI Adulto SRAG-COVID19, 5 Obstetrícia Cirúrgica, 5 Obstetrícia Clínica, 5 Pediatria Cirúrgica, 5 Pediatria Clínica.

6 ESF, 1 Academia de Saúde, 2 Postos de Saúde, 1 CAPS Infantil, 1 CAPS Adulto, 1 Centro de Testagem e Aconselhamento, 1 Centro de Saúde Mental, 2 Unidades Básicas de Saúde, 1 Farmácia de Minas, 1 Posto de Coleta da FUNASA, 1 Ponto de Apoio à Zona Rural.

IV - METODOLOGIA

I- Fase Analítica:

Análise do processo SEI nº 1320.01.0133930/2021-48;

Leitura do Despacho nº 261/2021/SES/AUDSUS

Análise das Matrizes de Análise de Informação e de Coleta de Informação e preenchimento com os dados do município;

Análise do CNES do Município de Itaobim: Secretaria Municipal de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Vale do Jequitinhonha;

Leitura da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.946 de 18/06/2019 que aprova a Gestão Plena para o Município de Itaobim;

Leitura da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349 de 17/03/2021 que aprova regras gerais a serem observadas pelos municípios que desejarem assumir a gestão dos seus prestadores.

Elaboração e emissão das minutas do comunicado de auditoria;

Elaboração dos roteiros dos Termos de Informação a serem coletados durante a auditoria;

Elaboração do Cronograma de Auditoria;

Participação da Videoconferência para alinhamento das ações.

II - Fase Operativa:

Reunião com o Gestor e seus assessores no dia 22/03/2022 para esclarecer sobre o motivo da auditoria, apresentação da equipe e recebimento da documentação solicitada em ofício, caso seja necessário;

Análise da documentação do Controle, Regulação e Avaliação, Componente Municipal de Auditoria e Fundo Municipal de Saúde;

Análise de toda a documentação contábil, disponibilizada para verificação in loco;

Visitas às UBS;

Oitivas com o Gestor, com o responsável pelo Controle, Regulação e Avaliação, com servidores das Unidades Básicas de Saúde e com servidores do SCRA;

Reunião de encerramento com o Gestor e assessores e assinatura do Termo de Auditoria no dia 24/03/2022.

Obs: A Equipe escolheu os meses de março, agosto e novembro como amostragem, para a solicitação de documentos

V - CONSTATAÇÕES



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 645416

Subgrupo: Estrutura

Item: Estrutura física

Constatação: Não existe Componente Municipal de Auditoria implementado.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, verificou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria implantado, inclusão do CMA no Organograma da SMS, Ato Legal de Criação, Regulamento, espaço físico/equipamentos destinado ao Serviço, auditores designados, nem quaisquer ações de auditoria realizadas, estando em desacordo com (Decreto nº 1.651/1995, Artigo. 4º, § 3º; Manual/Orientação para Implantação de Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS/SNA Volume 3/Brasília/DF MS/2014 - pág. 28; Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4); Manual: Auditorias do SUS-Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.12; Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021, Anexo Único, Inciso VIII.

Fonte da Evidência: - Termo de Auditoria no dia 24/03/2022;
- Verificação in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que o Componente Municipal de Auditoria seja implantado no município, com a publicação de ato legal de criação do mesmo e designação de servidor para a função, elaboração e publicação de Regulamento de Auditoria, garantia de infra estrutura (recursos físicos, materiais e de transporte) necessários ao desempenho das atividades, de acordo com o preconizado no Decreto Federal nº 1.651/1995 e o Manual - Orientação para Implantação de Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS/SNA, Série Auditoria do SUS, Volume 3 - Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2014.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 645419

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

Constatação: O Componente Municipal de Auditoria, não realiza ações de auditoria.

Evidência: Em visita a SMS de Itaobim verificou-se que o Componente Municipal de Auditoria não realiza controle da execução dos serviços, não avalia a estrutura, os processos aplicados, os resultados alcançados, a regularidade dos procedimentos praticados por pessoas físicas e jurídicas, não realiza visitas técnicas e não emite pareceres e relatórios.

Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651 de 28/10/1995, art. 2º; Resolução CIT nº 4.1, 'q' e 'r'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único Incisos VIII e IX.

Fonte da Evidência: - Termo de Auditoria de 24/03/2022.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de implantar o Componente Municipal de Auditoria, implementando a auditoria sobre a produção de serviços de saúde públicos e privados sob sua gestão, tomando como referência as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial, conforme preconizado no Decreto nº 1.651 de 28/10/1995, art. 2º; Resolução CIT nº 4.1, 'q' e 'r'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único Incisos VIII e IX.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645421

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Alimentação de Sistemas Informatizados

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde realiza o processamento da produção dos estabelecimentos de próprios e contratados no Sistema de Informação do SUS.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, análise dos Relatórios de Processamento do SIA/SUS do Laboratório de Análises Clínicas, análise do SIA e APAC do Hospital Vale do Jequitinhonha e do Serviço de Oftalmologia dos meses de março, agosto e novembro de 2021, amostragem definida pela Equipe de Auditoria, verificou-se que a SMS realiza o processamento da produção dos estabelecimentos contratados observando a conformidade com as Fichas de Programação Orçamentária dos mesmos. Constatação está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º inciso XII; Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1 'H'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349, de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, Inciso VI. Fonte da Evidência: Relatórios DATASUS do SIA/SIH do Hospital Dr. Carlos Marx dos meses de abril, agosto e outubro de 2021; Deliberação CIB SUS/MG nº 2784/2018, Art. 1º, parágrafo único, anexo I, Item III.

Fonte da Evidência: - Relatórios do SIA/SUS (Sistema de Informação Ambulatorial/DATASUS) de 22/03/2022 do Hospital Vale do Jequitinhonha dos meses de março, agosto e novembro de 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645441

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Materiais

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não possui Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para uso na regulação, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim entrevista com o Gestor, A. M. G., entrevista com os servidores do SCRA verificou-se que esse serviço não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em uso da regulação.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 4/2012, anexo I, Item 4.1, 'e'; Guia de Governança e Gestão em Saúde do Tribunal de Contas da União, Capítulo 4. Gestão Pública em Saúde, página 78, item de controle MACA. 4.7.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor A.M.G. no dia 24/03/2022;
- Termos de Entrevista dos servidores L.M.P.F., E.S.M., M.L.P., F.S.S., L.R.T., R.V.S. e N.M.X., do SCRA, no dia 23/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que a Secretaria Municipal de Saúde elabore e passe a adotar Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para uso na regulação, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais, em consonância com a Resolução CIT nº 4/2012, anexo I, Item 4.1, 'e'; Guia de Governança e Gestão em Saúde do Tribunal de Contas da União, Capítulo 4. Gestão Pública em Saúde, página 78, item de controle MACA. 4.7.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação Constatação Nº: 645473

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Controle Média Complexidade

Constatação: O Serviço de Controle Regulação e Avaliação não utiliza protocolos de regulação do acesso.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, entrevista com o Gestor, entrevista com os servidores do serviço acima citado e análise documental verificou-se que o SCRA não possui protocolos próprios de acesso a exames e consultas especializadas na rede própria e referências. O único protocolo existente e utilizado no município foi elaborado pela SES-MG, destinado exclusivamente ao acesso ao Centro Estadual de Atenção Especializada da SES/MG, localizado em Teófilo Otoni, para as especialidades de: Mastologia, Obstetrícia, Urologia, Ginecologia, Pediatria, Nefrologia, Angiologia, Cardiologia, Endocrinologia, Nefrologia e Oftalmologia.

Após análise dos Relatórios do SUSfácil de novembro de 2021 verificou-se que o acesso às internações na rede hospitalar é regulado pelo médico autorizador do município de Itaobim. De acordo com o Gestor, não possuem protocolos de regulação do acesso e em função da pandemia de COVID-19, as internações eletivas aconteceram somente a partir de novembro de 2021, por força da pandemia de COVID-19.

Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 4/2012, anexo I, Item 4.1 'e'; Portaria da Consolidação nº2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e art. 8º § 1, inciso IV; Guia de Governança e Gestão em Saúde do Tribunal de Contas da União, Capítulo 4. Gestão Pública em Saúde, página 78, item de controle MACA. 6.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista com o chefe do SCRA, A.M.G. no dia 24/03/2022;
- Termos de Entrevista dos servidores L.M.P.F., E.S.M., M.L.P., F.S.S., L.R.T., R.V.S. e N.M.X., do SCRA, no dia 23/03/2022;
- Relatórios de internações reguladas no SUSfácil do mês de novembro.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que o Serviço de Controle Regulação e Avaliação passe a utilizar protocolos de regulação do acesso, em consonância com a Resolução CIT nº 4/2012, anexo I, Item 4.1 'e'; Portaria da Consolidação nº2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e art. 8º § 1, inciso IV; Guia de Governança e Gestão em Saúde do Tribunal de Contas da União, Capítulo 4. Gestão Pública em Saúde, página 78, item de controle MACA. 6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645476

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Em resposta à solicitação feita através do Anexo I do Ofício SES/AUDSUS nº 46/2022, de Comunicação de Auditoria à SMS de Itaobim, sobre a documentação que comprovasse a capacitação permanente das equipes das unidades de saúde no ano de 2021 obtivemos como resposta do Gestor, A.M.G. por meio do Ofício SMS Itaobim nº 55/2022 de 10/03/2022, que o SCRA "elaborou o cronograma de reuniões e capacitações dos profissionais das unidades de saúde porém, não conseguiu concluir por conta do período da Pandemia". Portanto, diante de tal resposta e devido a não comprovação de capacitação de forma permanente das equipes das unidades de saúde durante a fase operativa (in loco) consideramos o fato como uma não conformidade.

Constatação em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI Art. 8º, §1º, Inciso VII.

Fonte da Evidência: - Ofício SMS nº 55/2022 de 10/03/2022 em resposta à solicitação de comprovantes (cronograma, divulgação, lista de presença e outros) das capacitações das equipes de saúde;
- Verificação de documentação solicitada (vide Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que o SCRA passe a capacitar de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



forma permanente as equipes das unidades de saúde, conforme preconizado na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI Art. 8º, §1º, Inciso VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12.440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645495

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim e entrevista com o Secretário Municipal de Saúde, o mesmo declarou que os servidores do SCRA são capacitados pela Gerência Regional de Saúde de Pedra Azul, porém no ano de 2021, não houve capacitação em virtude da Pandemia de COVID-19. Foram entrevistados também os servidores do serviço e todos informaram que no ano de 2021 não foram capacitados nem pela GRS nem pela gestão municipal da saúde. Diante da ausência de comprovação de capacitação permanente das equipes de Regulação, Controle e Avaliação pela Gestão Municipal de Saúde consideramos o fato como uma não conformidade a ser corrigida.

Constatação está em desacordo com a Portaria da Consolidação Anexo XXVI, Art. 10 Inciso V.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista com o Gestor, A.M.G. no dia 24/03/2022;
- Termos de Entrevista dos servidores do SCRA, L.M.P.F., E.S.M., M.L.P., F.S.S., L.R.T., R.V.S. e N.M.X., do SCRA, no dia 23/03/2022;
- Verificação de documentação solicitada (vide Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação passem a ser capacitadas de forma permanente, conforme preconizado na Portaria da Consolidação Anexo XXVI, Art. 10 Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645604

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Atendimento à Demanda/Lista de espera

Constatação: A SMS executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis em seu território.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, entrevista com o Gestor, o mesmo relatou que: " Desde maio de 2019 trabalha com fila de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



espera gerada no sistema de informação EL. Esta fila descreve o grau de prioridade como alta, média e baixa, bem como as datas de protocolos que possibilitam a prática da equidade e integralidade em saúde. O acesso do usuário é realizado pela Atenção primária com agendamentos e demanda espontânea. O acesso a Atenção Secundária é realizado a partir da demanda e da fila de espera, protocolados pela Unidade Básica de Saúde. O usuário passa pela triagem e consulta nas ESFs, sendo encaminhados para a realização de consultas e exames especializados; O setor de Regulação filtra as demandas e organiza os agendamentos para o Hospital Vale do Jequitinhonha e Prestadores Credenciados (análises clínicas, fisioterapia, cardiologia, pediatria, otorrino, oftalmologia, ginecologia, nefrologia). Os procedimentos hospitalares eletivos, são realizados através do SUSfácil, para o Hospital Vale do Jequitinhonha".

As informações prestadas pelo chefe do SCRA foram confirmadas com a apresentação das listas de espera dos municípios do próprio território dos meses de março, agosto e novembro de 2021 e das planilhas de solicitação de procedimentos ambulatoriais do mesmo período, procedimentos hospitalares via SUSfácil do mês de novembro de 2021 e contratos com prestadores de serviço.

Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1, 'j'; Portaria da Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI art. 5º, Inciso II

Fonte da Evidência:

- Relatórios de encaminhamentos realizados pelo Sistema EL dos meses de março, agosto e novembro de 2021;
- Listas de espera dos municípios para procedimentos ambulatoriais e hospitalares dos meses de março, agosto e novembro de 2021;
- Agendamento para procedimentos ambulatoriais especializados, dos meses de março, agosto e novembro de 2021;
- Solicitações de procedimentos Hospitalares via SUSfácil do mês de novembro de 2021;
- Contratos com prestadores de serviços (análises clínicas, fisioterapia, cardiologia, pediatria, otorrino, oftalmologia, ginecologia, nefrologia), localizados no município;
- Termo de entrevista com o Gestor, A.M.G., no dia 24/03/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645615

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Atendimento à Demanda/Lista de espera

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, entrevista com o Gestor e análise documental verificou-se que o de acordo com o entrevistado "o controle da referência dos municípios de Itaobim para Belo Horizonte da PPI se dá através do sistema SISREG- que se dá através de três modalidades sendo, oftalmologia, alta complexidade e média complexidade. Nesse sistema temos a quantidade de consultas que a micro pode agendar. Esse sistema disponibiliza a tela de controle da quantidade e especialidade, e quando utilizado o número de cotas, o próprio sistema bloqueia os agendamentos. Para o município de Governador Valadares MG utilizamos o Programa VIVER. Para o município de Teófilo Otoni, o município de Itaobim MG referencia todos os pacientes de Oncologia e não temos limitação de quantidade na PPI e as demais especialidades são feitas através de agendamento via e-mail e outros presencialmente por Teófilo Otoni MG, pois esse município faz controle das cotas de PPI." As informações foram confrontadas com a Lista de Espera dos municípios referenciados nos meses de março, agosto e novembro de 2021, relatórios de contra referência e lista de usuários referenciados conforme PPI.

Constatação está de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'g'; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI art. 10º, § 3º, IV.

Fonte da Evidência:

- Termo de Entrevista com o Gestor, A.M.G. em 24/03/2022;
- Lista de espera de municípios referenciados para Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Governador Valadares dos meses de março, agosto e novembro de 2021;
- Relatórios de contra referência do CEAE - Centro Estadual de Atenção Especializada (Teófilo Otoni) dos meses



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de março, agosto e novembro de 2021;

- Relação dos municípios de referência (Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Governador Valadares), de acordo com PPI
- tendo como Município de origem Itaobim.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645678

Subgrupo: Centrais de Regulação

Item: Atendimento à Demanda/Lista de espera

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Itaobim não garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, entrevista com o Gestor e análise de documentos verificou-se que (segundo o entrevistado) "o acesso da população referenciada por outros municípios, de acordo com a PPI no ano de 2021, se deu através de organização de vagas e agendas para: glaucoma, ortopedia, urologia, hemodiálise e exames citopatológicos".

O município disponibiliza de acordo com a PPI, principalmente procedimentos do - Grupo 1- Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, grupo 3 - Procedimentos Clínicos, Grupo 4- Procedimentos Cirúrgicos e grupo 9- Outras programações.

Os municípios que referenciam a maior quantidade de procedimentos são: Almenara, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Itinga, Jequitinhonha, Monte Formoso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Aguas Vermelhas e Araçuaí.

A SMS enviou para a equipe de auditores, apenas a relação dos usuários dos municípios de Comercinho, para Ortopedia e Oftalmologia; Monte Formoso, Ponto dos Volantes, Itinga, Medina e Comercinho para Oftalmologia; municípios das Microrregiões: Almenara/Jacinto, Araçuaí, Itaobim, para Hemodiálise.

Faltou encaminhar para a equipe de auditores, a relação de usuários de municípios referenciados para procedimentos com Finalidade Diagnóstica, que representa a maior oferta de procedimentos na PPI; Relatórios do SUSFácil dos usuários referenciados no mês de novembro/21 (de acordo com o Gestor, em função da pandemia de COVID-19, a partir de novembro foram liberadas as internações eletivas). Não encaminhou o controle das cotas dos procedimentos disponibilizados por município de origem, dos meses de março, agosto e novembro de 2021.

A SMS não demonstrou que possui o controle das cotas dos usuários encaminhados de acordo com a PPI, não encaminhou a relação dos usuários encaminhados para procedimentos com finalidade diagnóstica, relatório do SUSFácil, não comprovando que há garantia do acesso da população referenciada.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, § 3º, V.

Fonte da Evidência: - PPI/DATASUS município de Origem Itaobim de fevereiro de 2022;
- Lista de usuários referenciados para Itaobim (Almenara, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Itinga, Jequitinhonha, Monte Formoso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Aguas Vermelhas e Araçuaí) dos meses de março, agosto e novembro de 2021;
- Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G. de 24/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que a Secretaria Municipal de Saúde de Itaobim garanta o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI, em conformidade com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º, V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12.440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645948

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Cadastro

Constatação: O SCRA participa da elaboração e revisão da PPI.

Evidência: Por meio do Termo de entrevista, o Gestor declarou que "no ano de 2021 ocorreram alguns remanejamentos e revisões da PPI. Esse processo se deu através da organização dos municípios que deslocaram/alocaram suas demandas para a posterior homologação na GRS Pedra Azul (exemplo: município de ponto dos Volantes MG referenciava o Glaucoma para o município de Araçuaí MG, e no ano de 2021 ele solicitou a retirada do Glaucoma da PPI de Araçuaí para o município de Itaobim MG. Tanto Araçuaí e Itaobim aceitaram o remanejamento e em seguida foi encaminhada a documentação para a homologação na CIB)".

Foram apresentados à Equipe de Auditores o Cronograma da SES/MG, do remanejamento ordinário da PPI de 2021 e 2022 a Ata da reunião da CIB Micro de 03/03/2021, homologando a PPI de Itaobim. Apresentou também o remanejamento no Sistema SUSFácil, de mamografia bilateral para rastreamento e mamografia, do município de Jequitinhonha para Araçuaí e o remanejamento de Glaucoma do município de Araçuaí para Itaobim demonstrando que o município participou das revisões da PPI em 2021.

Tal fato está em conformidade com a Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X.

Fonte da Evidência:

- Ata da Reunião da CIB-Micro de 03/03/2021 pauta nº 13;
- Termo de Entrevista do Gestor A.M.G. em 24/03/2022;
- Cronograma da SES/MG do remanejamento ordinário da PPI de 2021 e 2022;
- Remanejamento Via SUSFácil de abril de 2021, de mamografia bilateral para rastreamento e mamografia, do município de Jequitinhonha para Araçuaí e o remanejamento de Glaucoma do município de Araçuaí.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645713

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Cadastro

Constatação: O SCRA realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, entrevista com o Gestor verificou-se o que segue: de acordo com o entrevistado "o município realizou várias contratações de serviços e especializades médicas (consultas/procedimentos/exames no ano de 2021. Foram contratadas empresas de pessoas jurídicas para a terceirização dos serviços em: Cardiologia, Oftalmologia, Ortopedia, Pediatria, Otorrinolaringologia, Psiquiatria, Urologia, Ginecologia, Cirurgia Geral, Exames de Imagem (ultrassonografia, Tomografia e exames laboratoriais) O município faz parte do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Médio Jequitinhonha (CISMED) que oferece várias especialidades médicas para consultas e exames".

Analisando os contratos formalizados entre o município de Itaobim e os Credenciados verificou-se que houve incremento da rede própria em 2021 com contratações de serviços (todos com atendimento em Itaobim) quais sejam; WG Oftalmologia LTDA, CNPJ 19715175/0002-94 (Cirurgias oftalmológicas e exames) assinado em 15/06/2021; Andrea Paulo de Melo Godim, CNPJ 43076441/0001-22 para serviços de (Raio X geral, Raio X com laudo, exame de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



densitometria óssea) assinado em 07/12/2021; Clarissa Costa Jardim, CNPJ 37883363/0001-22, contrato assinado em 17/12/2021, para serviços de (Otorrino, Timpanoplastia, cirurgia de úvalo-palato-faringoplastia, cirurgia de adenoamigdalectomia, cirurgia de adenoidectomia, exame de laringoscopia.

Com a contratação de novos prestadores, a SMS realizou o incremento da rede próprio e o aumento da oferta de serviços próprios no ano de 2021 aos seus munícipes.

Tal fato está de acordo com a Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 8º, § 1º, inciso V.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor A.M.G. em 24/03/2022;
- Contratos com Prestadores de Serviços, realizados no ano de 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645714

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Denúncias/Queixas/Cobranças

Constatação: A Secretaria Municipal de saúde possui mecanismo para avaliar a satisfação do usuário.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, às UBS, e entrevista com o Gestor verificou-se o que segue: de acordo com o entrevistado "A avaliação da satisfação do usuário no ano de 2021, se deu através dos mecanismos de caixinhas de sugestões e reclamações nas ESFs, páginas oficiais na rede social, telefone Ouvidoria Municipal (3734-1537)". Foi demonstrado que a SMS e Município possuem os mecanismos de comunicação em rede social para ouvir o usuário: saúde@itaobim.mg.gov.br, <http://www.itaobim.mg.gov.br>, <https://www.facebook.com/prefeiramunicipaldeitaobim>.

Foi constatada a existência de caixas de sugestão/reclamação/elogios nas ESFs Central, Alvorada e Esperança, visitadas.

Tal fato está de acordo a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso IX.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor A.M.G. no dia 24/03/2022;
- Foto da caixa de sugestão/reclamação/elogio das Unidades visitadas (Central, Alvorada e Esperança) em 23/03/2022;
- Visita às ESFs: Central, Alvorada e Esperança no dia 23/03/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645726

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SCRA define a programação físico financeira por estabelecimento de saúde.

Evidência: Em entrevista com o Gestor, o mesmo relatou que "No ano de 2021 o município de Itaobim precisou elaborar a programação Física Financeira FPO, dos estabelecimentos WG Oftalmologia e Hospital Vale do Jequitinhonha. Essa Elaboração se deu por conta da PPI com remanejamento de outros municípios para o serviço de glaucoma, credenciado no território de Itaobim". Após análise das FPO de março, agosto e novembro de 2021 verificou-se por amostragem que o SCRA elaborou a programação físico financeira da Unidade Básica de Saúde de Itaobim, Posto de Saúde Estação da Luz, Hospital Vale do Jequitinhonha, Unidade de Saúde Alvo, Laboratório de Análises Clínicas de Itaobim, Centro de Saúde Mental de Itaobim, Unidade de Saúde São Cristóvão, Centro de testagem e Aconselhamento, PSF Central, CAPS de Itaobim, CAPS Infante Juvenil de Itaobim, WG Oftalmologia, Posto e Saúde São João, PSF Alta Vista.

Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 4/2012, Anexo I, Item 4.1, 'h'; Deliberação CIB/SUS-MG Nº 3.349, de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III; Deliberação CIB-SUS/MG nº 2784/2018, Art. 1º, § único, Anexo I, item III.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor A.M.G. em 24/03/2022;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- FPO dos estabelecimentos de saúde: Unidade Básica de Saúde de Itaobim, Posto de Saúde Estação da Luz, Hospital Vale do Jequitinhonha, Unidade de Saúde Alvo, Laboratório de Análises Clínicas de Itaobim, Centro de Saúde Mental de Itaobim, Unidade de Saúde São Cristóvão, Centro de Testagem e Aconselhamento, PSF Central, CAPS de Itaobim, CAPS Infante Juvenil de Itaobim, WG Oftalmologia, Posto e Saúde São João e PSF Alta Vista.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645829

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O profissional autorizador de AIH não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: Em visita à SMS de Itaobim e entrevista com o Gestor, o mesmo relatou que "As AIHs são autorizadas por um profissional médico contratado por empresa terceirizada, Clínica de Imagem Alcântara. A AIH eletiva é preenchida pelo médico solicitante, esse documento é enviado para a Secretaria Municipal de Saúde, para que seja autorizada pelo Gestor, em seguida é informada ao SUSFácil, para que seja analisada e autorizada pelo médico autorizador de AIH e em seguida é liberada para a internação de acordo com disponibilidade de leitos. Funciona com agendamento prévio pois as mesmas expiram se não forem reguladas em 5 dias".

Foram encaminhados à Equipe de Auditores, o Contrato acima citado e um Termo de Confidencialidade assinado pelo médico autorizador G.O.C., CRM 10.426, assumindo responsabilidades pela posse da senha de acesso ao SUSFácil, diploma de Médico, conferido ao autorizador e Espelhos de AIHs dos meses de março, agosto e novembro de 2021 autorizadas pelo mesmo porém, esse profissional não foi designado pelo Gestor e não tem vínculo com a SMS, por pertencer a uma empresa terceirizada.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro/2017, item 4.3 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000 Art. 1 e 2; Resolução CIT nº 4/2012, anexo I, item 4.1, 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo único, inciso III.

Fonte da Evidência:

- Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G. no dia 24/03/2022;
- Cópia do Contrato com a Clínica Imagem Alcântara LTDA nº 13/2022;
- Cópia do Termo de Confidencialidade Liberação de Acesso ao SUSFácil/MG de 28/01/2022;
- Cópia do Diploma de Formação em Medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais do médico G.O.C. autorizador de AIH;
- Comprovante de Inscrição no CRM do médico G.O.C. autorizador de AIH;
- Espelhos de AIHs dos meses de março, agosto e novembro de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de averiguar e exigir que o profissional autorizador de AIH passe a cumprir os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS para o exercício da função, em conformidade com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão janeiro/2017, item 4.3 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000 Art. 1 e 2; Resolução CIT nº 4/2012, anexo I, item 4.1, 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo único, inciso III.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12.440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645839

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não existe profissional de nível superior da área de saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: E visita à SMS de Itaubim e entrevista com o Gestor, o mesmo relatou que: "As AIHs e APACs são autorizadas por um profissional médico contratado por empresa terceirizada - Clínica de Imagem Alcântara".

Após análise documental verificou-se que a autorizadora de APACs é a médica M.C.F.M., CRM nº 58160, responsável pelas autorizações das APACs dos meses de março, agosto e novembro de 2021 porém, a referida profissional não foi designada pelo Gestor e não possui vínculo público, por pertencer a uma empresa terceirizada.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - março de 2010, item 6.2.1 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Art. 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G. no dia 24/03/2022;
- Cópia do Diploma de Formação em Medicina da autorizadora M.C.F.M.;
- Comprovante de Registro no Conselho Regional de Medicina-MG da médica M.C.F.M.;
- Espelhos de APACs autorizadas, dos meses de março, agosto e Novembro de 2021, pela médica M.C.F.M.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de disponibilizar profissional de nível superior da área de saúde, formalmente designado, para exercer a função de autorizador de APAC, em conformidade com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - março de 2010, item 6.2.1 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Art. 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'h'; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349 de 17/03/2021, Anexo Único, Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645800

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Gestor estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para urgências.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Em visita à SMS de Itaobim, colheita do Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G. que relatou que segue: "para as autorizações de AIH e APAC, o município segue o que preconiza o Manual Técnico Operacional do Sistema SIH (Sistema de Informação Hospitalar) de 2017, Item 4.3 (o prazo decorrido entre a internação de AIH e a autorização do Gestor tanto para casos eletivos como para casos de urgência, é uma decisão do Gestor local. O sistema dá uma advertência para prazos acima de 72 horas, mas não bloqueia ou rejeita a AIH)".

A norma estabelece que "compete ao gestor estabelecer o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações, tanto para casos eletivos como para urgências". O gestor optou por seguir as orientações do Manual elaborado pelo MS, autorizando no prazo máximo de 72 horas.

Tal fato está de acordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, art. 7º e Manual Técnico Operacional do Sistema SIH/2017, Item 4.3.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista com o Gestor, A.M.G., em 24/03/2022.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645802

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio de ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Evidência: O Secretário Municipal de Saúde declarou em Termo de Entrevista que "o município não tem Comissão de Contratualização". Sendo assim não possui mecanismos para monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos hospitalares. Não possui o componente municipal de auditoria para verificar a regularidade dos procedimentos executados na rede ambulatorial e hospitalar. Analisando a documentação solicitada (vide Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, também não foi comprovado que a SMS realize qualquer tipo de monitoramento, fiscalização e avaliação da execução dos procedimentos ambulatoriais e/ou hospitalares.

Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'n'; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexos XXVI Art. 4º incisos VI, VIII e art. 10, § 3º, inciso XI.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G. em 24/03/2022;

- Relatórios de processamento do SIA/SUS referentes às competências do período de abrangência da auditoria.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que a Secretaria Municipal de Saúde passe a monitorar, fiscalizar e avaliar a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio de ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial, em conformidade com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'n'; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexos XXVI Art. 4º incisos VI, VIII e art. 10, § 3º, inciso XI.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645807

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Contratualização

Constatação: Não existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS e do Hospital contratualizado, para todas as unidades hospitalares prestadoras de serviço.

Evidência: O Gestor relatou que "O município não tem comissão de Contratualização, mas já está providenciando a implantação da mesma." Dessa forma, a comissão de acompanhamento da contratualização do Hospital Geral Vale do Jequitinhonha não existe. Consequentemente não monitora a execução das ações e serviços pactuados, como também não foi objeto de publicação no Diário Oficial do município ou órgão equivalente.

Tal fato está em desacordo com a Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo 2, Cap. II, Art. 5, inciso VII e Capítulo V, seção IV, Art. 32, Caput.; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32 § 2º; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 1º, incisos I a III.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G., em 24/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de criar a Comissão de Acompanhamento da Contratualização, com representantes da SMS e do Hospital contratualizado, para todas as unidades hospitalares prestadoras de serviço ao SUS municipal, em conformidade com a Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo 2, Cap. II, Art. 5, inciso VII e Capítulo V, seção IV, Art. 32, Caput.; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32 § 2º; Portaria da Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 1º, incisos I a III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 645815

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: O Gestor relatou que "O município não tem comissão de TFD, mas já está providenciando."

Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS nº 555/1999, Art. 6º; Portaria da Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, caput do Art. 6º e art. 6º § 4º.

Fonte da Evidência: - Termo de Entrevista do Gestor, A.M.G., em 24/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de criar a Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, em conformidade com a Portaria SAS nº 555/1999, Art. 6º; Portaria da Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, caput do Art. 6º e art. 6º § 4º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Regulação Constatação Nº: 645952

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Documentação/Registros

Constatação: O TFD não foi concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Após análise de uma amostra aleatória de 35 processos de TFD dos meses de março, agosto e novembro de 2021, encaminhados pela SMS de Itaubim verificou-se que os mesmos não possuem todos os documentos indispensáveis ao encaminhamento de usuários para tratamento fora do domicílio, quais sejam: a solicitação do médico da rede pública ou conveniada/contratada, a documentos do favorecido, empenho para o pagamento das despesas, extratos da movimentação bancária, recibo assinado pelo favorecido e prestação de contas com a SMS das despesas realizadas pelo favorecido.

Os processo de TFD encaminhados pela SMS estão todos incompletos. Possuem os documentos do favorecido e recibo do pagamento. Desta forma não há comprovação de que os usuários beneficiados são exclusivamente da rede SUS.

Tal fato está em desacordo com a Portaria SAS/nº 55/1999, Art. 1º, § 2º; Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais - Disponível em: www.saude.mg.gov.br/imagens/documentos/2015_Manual_Tratamento_fora_domicilio.pdf; Portaria de Consolidação Nº 02, Anexo XXVI, Art. 6º, § 4º.

Fonte da Evidência: - Amostra de 35 (trinta e cinco) processos de TFD dos meses de março, agosto e novembro de 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que o TFD passe a ser concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS, em conformidade com a Portaria SAS/nº 55/1999, Art. 1º, § 2º; Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado da Saúde de Minas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Gerais - Disponível em: www.saude.mg.gov.br/imagens/documentos/2015_Manual_Tratamento_fora_domicilio.pdf;
Portaria de Consolidação Nº 02, Anexo XXVI, Art. 6º, § 4º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12.440.839/0001-20

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 644748

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Formalização

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, constatou-se que o Fundo Municipal de Saúde constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos financeiros.

O FMS, instituído pela Lei Municipal nº 288 de 26/06/1991, encontra-se inscrito na Receita Federal do Brasil sob o nº 12.440.839/0001-20, na condição de Matriz, com data de abertura de 26/06/1991 e com Natureza Jurídica 133-3 Fundo Público da Administração Direta Municipal, com sede à Rua Belo Horizonte, 360 - Centro - Itaobim/MG - CEP 39.625-000.

Ainda, da análise das Notas de Empenho do Setor Saúde, verificou-se que o FMS está classificado como órgão subordinado ao Poder Executivo - 02, Unidade 02120 - Departamento Municipal de Saúde, Subunidade 010 - Fundo Municipal de Saúde, Função 10 - Saúde.

Por fim, da análise da LOA e do QDD - Quadro Demonstrativo da Despesa - constatou-se que o mesmo também se faz presente.

Constatação em conformidade com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - CNPJ - emitido em 04/03/2022;
- Nota de Empenho nº 0000798/2021 de 04/01/2021;
- Lei Municipal nº 288 de 26/06/1991;
- LOA 2022 e do QDD - Quadro Demonstrativo da Despesa.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 644787

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, constatou-se que os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados na conta corrente 10.669-0 - PREF MUN ITAOBIM SAÚDE II - agência 2163-6 do Banco do Brasil - vinculada ao CNPJ nº 18.414.573/0001-27 cuja titularidade pertence à Prefeitura Municipal de Itaobim, sendo o ordenador das despesas e autorizador dos pagamentos realizados com essa conta corrente o Prefeito Municipal.

Constatação em desacordo com a Lei Complementar nº 141, Artigo 2º, Parágrafo Único.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: - Relação das Contas Correntes do Fundo Municipal de Saúde emitidas pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal em 04/03/2022;

- Empenho nº 0004650/2021, emitida em 16/07/2021;

- Declaração emitida pela responsável do Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, em 04/03/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que os recursos financeiros da contrapartida municipal passem a ser movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS e não da Prefeitura Municipal, em atenção a Lei Complementar nº 141, Artigo 2º, Parágrafo Único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 644791

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde ordena as despesas.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, constatou-se que o Gestor Municipal de Saúde ordena as despesas.

Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados na conta corrente 10.669-0 - PREF MUN ITAOBIM SAÚDE II - agência 2163-6 do Banco do Brasil - vinculada ao CNPJ nº 18.414.573/0001-27 cuja titularidade pertence à Prefeitura Municipal de Itaubim. Apesar dessa inadequação, desde janeiro de 2022, o Gestor Municipal de Saúde se apresenta como o ordenador das despesas realizadas com essa conta corrente.

Constatação em conformidade com: Decreto Estadual nº 37924 de 16/05/1996, Artigo 21; Lei Federal nº 8080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, Parágrafo 2º; e Decreto Municipal nº 002 de 04/01/2021, Artigo 1º.

Fonte da Evidência: - Relação das Contas Correntes do Fundo Municipal de Saúde emitidas pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal em 04/03/2022;

- Empenho nº 0003089/2022, emitida em 21/03/2022;

- Extratos bancários da conta corrente 10.669-0 - PREF MUN ITAOBIM SAÚDE II - agência 2163-6 do Banco do Brasil de setembro/2019 a março/2022;

- Decreto Municipal nº 002 de 04/01/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 644792

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: O Gestor Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, constatou-se que o Gestor Municipal de Saúde não autoriza os pagamentos.

Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados na conta corrente 10.669-0 - PREF MUN ITAOBIM SAÚDE II - agência 2163-6 do Banco do Brasil - vinculada ao CNPJ nº 18.414.573/0001-27 cuja titularidade pertence à Prefeitura Municipal de Itaobim. Apesar dessa inadequação o Gestor Municipal de Saúde se apresenta como o ordenador das despesas. Entretanto, a atribuição de autorizador dos pagamentos dessa e das demais contas correntes vinculadas ao FMS encontra-se com o Prefeito Municipal.

Constatação em desacordo com: Decreto Estadual nº 37924 de 16/05/1996, Artigo 21; Lei Federal nº 8080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, Parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: - Relação das Contas Correntes do Fundo Municipal de Saúde emitidas pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal em 04/03/2022;

- Nota de Empenho nº 0003089/2022, emitida em 21/03/2022;

- Extratos bancários da conta corrente 10.669-0 - PREF MUN ITAOBIM SAÚDE II - agência 2163-6 do Banco do Brasil, do período de setembro/2019 a março/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: A pessoa jurídica auditada e a pessoa física notificada não apresentaram justificativas para esta constatação.

Análise da Justificativa: Considerando-se que não foram apresentadas justificativas para a presente constatação propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita à entidade auditada.

Acatamento da Justificativa: Não apresentou justificativa

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Recomendação: Recomenda-se à entidade auditada que adote medidas administrativas no sentido de que o Gestor Municipal de Saúde passe a autorizar os pagamentos, assinando os empenhos como tal, em consonância com o Decreto Estadual nº 37924 de 16/05/1996, Artigo 21; Lei Federal nº 8080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, Parágrafo 2º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12 440.839/0001-20

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 644868

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Contrato analisado com prestador hospitalar está formalizado adequadamente, dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação aplicável.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco constatou-se que o município de Itaobim, através de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde celebrou (e mantém em vigor) Contrato Administrativo com a única instituição hospitalar existente, qual seja o Hospital Vale do Jequitinhonha, conforme se segue.

Em 09/09/2019 foi aberto o Processo Administrativo Licitatório nº 058/2019, modalidade Inexigibilidade nº 008/2019, Chamamento Público nº 002/2019, cujo objeto foi a Contratação de Pessoas Jurídicas de natureza privada para Prestação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de Ações e Serviços de Assistência à Saúde aos Usuários do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG). Desse processo licitatório originou-se o Contrato nº 099/2019, assinado entre o município de Itaobim e o Hospital Vale do Jequitinhonha na data de 30/09/2019, vigente até a data da fase operativa da auditoria.

O referido Contrato é composto pelas seguintes cláusulas: que qualificam Contratante e Contratado; dos fundamentos legais e do objeto pactuado; do regime de execução e gestão do Contrato; do documento descritivo; dos encargos comuns; das condições gerais; dos recursos financeiros por grupo de procedimentos; dos recursos orçamentários; das obrigações comuns, do Contratado e da Contratante; do acompanhamento, controle e avaliação do Contrato; da apresentação de contas e condições de pagamento; das alterações contratuais; da vigência; da subcontratação; da rescisão; da responsabilidade civil do contratado; da fraude e corrupção; das penalidades; da vinculação ao Edital; dos casos omissos; da obrigação de manter as condições exigidas para a contratação; das disposições finais; da publicação; e do foro.

Faz parte do Contrato, ainda, o Documento Descritivo, contendo todo detalhamento dos serviços a serem prestados, instrumentalizando as ações e serviços de saúde do Contratado, definindo compromissos e metas assistenciais, gerenciais e de qualidade.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigos 130 ao 142 e Anexo XXIV, Capítulo III, Artigo 32, Parágrafo 1º e artigos 34, 35 e 36.

Fonte da Evidência: - Processo Administrativo Licitatório nº 058/2019, modalidade Inexigibilidade nº 008/2019, Chamamento Público nº 002/2019;
- Contrato nº 099/2019, assinado entre o município de Itaobim e o Hospital Vale do Jequitinhonha na data de 30/09/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 644880

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O Contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS foi precedido de Processo Licitatório, conforme legislação aplicável.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco constatou-se que o Contrato celebrado entre o município de Itaobim, através de sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a única instituição hospitalar existente (Hospital Vale do Jequitinhonha), foi precedido de Processo Licitatório, conforme legislação aplicável.

Em 09/09/2019 foi aberto o Processo Administrativo Licitatório nº 058/2019, modalidade Inexigibilidade nº 008/2019, Chamamento Público nº 002/2019, cujo objeto foi a Contratação de Pessoas Jurídicas de natureza privada para Prestação de Ações e Serviços de Assistência à Saúde aos Usuários do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG). Desse processo licitatório originou-se o Contrato nº 099/2019, assinado entre o município de Itaobim e o Hospital Vale do Jequitinhonha na data de 30/09/2019.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 132, caput e a Lei Federal nº 8666/1993.

Fonte da Evidência: - Processo Administrativo Licitatório nº 058/2019, modalidade Inexigibilidade nº 008/2019, Chamamento Público nº 002/2019;
- Contrato nº 099/2019, assinado entre o município de Itaobim e o Hospital Vale do Jequitinhonha na data de 30/09/2019.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 644884

Subgrupo: Licitação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Procedimento

Constatação: O processo licitatório do Contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS está devidamente instruído, conforme legislação aplicável.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, constatou-se que o processo licitatório do Contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS está devidamente instruído, conforme legislação aplicável.

O procedimento da licitação foi iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso específico para a despesa. Também consta do processo o Edital e os respectivos anexos. Verificou-se, também, a presença de publicação do edital resumido, o ato de designação da Comissão de Licitação, do leiloeiro oficial e demais componentes, as propostas e os documentos que as instruírem, atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora, pareceres técnicos e jurídicos emitidos sobre a licitação (inexigibilidade), atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação. Também fazem parte do processo o Termo de Contrato assinado entre as partes.

Constatação em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, artigos 21, 24, 25, 26 e 38.

Fonte da Evidência: - Processo Administrativo Licitatório nº 058/2019, modalidade Inexigibilidade nº 008/2019, Chamamento Público nº 002/2019;
- Contrato nº 099/2019, assinado entre o município de Itaobim e o Hospital Vale do Jequitinhonha na data de 30/09/2019.

Conformidade: Conforme

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 29/03/2023

Ofício Nº: 1732023

Data: 29/03/2023

NOTIFICADOS - PESSOA FÍSICA

CPF:	Nome:	Cargo:	Início:	Término:
------	-------	--------	---------	----------

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Física

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 29/03/2023

Ofício Nº: 1722023

Data: 29/03/2023

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica A.M.G Secretário de Saúde

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do OFÍCIO/SES/AUDSUS nº 172/2023 de 29 de março de 2023 foi encaminhado Relatório Preliminar de Auditoria nº 683 à Secretária Municipal de Saúde de Itaobim para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 18/04/2023, conforme AR BR 18916652 8 BR, juntado ao processo em 23/04/2023.

Em 15/05/2023, através do Ofício nº 024/2023, a entidade auditada solicita prorrogação do prazo para apresentação de sua manifestação. A referida solicitação foi atendida pela equipe de auditores responsável pelo processo, sendo formalizada junto ao auditado através do Ofício SES/URSGVA-ARAS-SUS/MG nº 06/2023 de 01 de junho de 2023. A referida correspondência foi recebida pelo auditado em 26/06/2023 e anexada ao processo em 11/07/2023, conforme AR BR 18906546 7 BR.



Transcorrido o prazo legal previsto na Resolução SES/MG N° 2.906/2011 a manifestação da entidade auditada (PJ) e da pessoa física notificada não foram apresentadas.

Diante do relatado a equipe responsável pela atividade procedeu com a elaboração do Relatório Final de Auditoria.

VIII - CONCLUSÃO

Realizada a fase operativa do presente processo de auditoria foram detectadas não conformidades na gestão municipal que necessitam ser sanadas para que o município esteja em conformidade com a legislação vigente, considerando sua condição de gestão.

Algumas medidas devem ser criadas, outras implementadas e, ainda outras adequadas. Todas as não conformidades estão listadas no relatório em forma de "Constatações", devidamente fundamentadas e com recomendações ao gestor para saná-las.

Conclui-se, portanto, que os objetivos foram plenamente alcançados com a ação de auditoria, esperando-se a ciência dos responsáveis pela entidade auditada mediante confecção e envio deste Relatório Final que, também, oportuniza ao auditado, mais uma vez, exercer o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

ENCAMINHAMENTOS:

- OFÍCIO à Secretaria Municipal de Saúde de Itaobim, encaminhando o Relatório Final de Auditoria nº 683 para conhecimento e possível interposição de recurso em 2ª instância.
- OFÍCIO de aplicação de penalidades do Relatório Final de Auditoria à SMS de Itaobim.
- OFÍCIO de notificação do Relatório Final de Auditoria ao Sr. A.M.G (PF).

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo será dada ciência, no que couber:

- 1 - Ao Conselho Municipal de Saúde de Itaobim.
- 2 - À Gerência Regional de Saúde de Pedra Azul.



IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF

